

NOTAS PARA TRANSICIONAR O ANARQUISMO: transfeminicídio, políticas públicas e democracia nas margens da cidadania de gênero

ANGIE BARBOSA

Uma história de luta entre silicone e encruzilhadas

Podemos dizer que, antes dos anos 90, os ativismos trans-travestis estavam exclusivamente focados no que Patricia Hill Collins (2019) chamou de “sobrevivência do grupo”. Apesar das frequentes tentativas de organização política de travestis e transexuais durante o período da ditadura militar¹, frustradas pela repressão policial, foi apenas a partir dos anos 80, já alguns anos depois do surgimento do chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), que se tornaram plenamente possíveis organizações como o “Palácio das Princesas” de Brenda Lee, organizadas por e para as sujeitas trans-travestis de modo público e aberto (GREEN, *et al.* 2018). Isso não significa sugerir que as travestis dos anos 60 e 70 teriam sido sujeitos pré-políticos, completamente alheias aos movimentos sociais e à ação militante, mas sim que a constituição de “transexuais e travestis” como sujeitos políticos dependeu, primeiramente, de uma questão de geografia. Foi necessário que as sujeitas trans-travestis pudessem

¹ Sobre isso, ver o trabalho da ativista e intelectual transfeminista Caia Maria Coelho

fazer parte de espaços autogeridos em comum, que se reconhecessem como parte de um movimento político próprio e separado do MHB, que construíssem e compartilhassem de uma cultura e ideologias próprias, e que reconhecessem as soluções coletivas para suas experiências únicas de privação e violência – um processo tornado possível pelo estabelecimento (mesmo que precário) da identidade trans-travesti ao longo dos anos 70 e 80, de novidades tecnológicas como a chegada da pílula ao Brasil em 62 e do Silicone Industrial nos anos 70 (VERAS, 2015), das políticas referentes à crise da aids e da espacialização da experiência trans-travesti através de políticas de Estado como a Operação Tarântula e das reações a operações policiais no Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife dos anos 70 aos anos 90.² De modo geral, podemos dizer que foi necessário que ao longo de pelo menos 4 décadas transexuais e travestis conseguissem garantir as condições básicas de sua existência e sobrevivência para, então, se constituírem enquanto uma comunidade, e, por fim, como movimento social.

É apenas nos anos 90 que nasce a ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados, atual ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), oficializada a partir da junção entre políticas públicas de prevenção e tratamento do hiv/aids e a necessidade de sujeitas trans-travestis de reagirem à violência de Estado (SILVA, 2021). Desde o princípio, as condições concretas de emergência do movimento organizado de travestis e transexuais brasileiro estiveram diretamente ligadas ao Estado e às políticas públicas de saúde. Ao mesmo tempo, o Estado promovia investidas ativas de aniquilamento da população trans-travesti. O próprio Palácio das Princesas, que prestava apoio e acolhimento para travestis pacientes de aids, foi oficializado em 1988, apenas um ano depois da Operação Tarântula, como braço do Instituto de Infectologia do Hospital Emílio Ribas, pelo governo do estado de São Paulo. A ASTRAL foi fundada, nos anos 90, por travestis multiplicadoras de programas de prevenção e tratamento do hiv financiados pelo Ministério da Saúde e organizados pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), enquanto batidas policiais

2 Organizada pela polícia civil do estado de São Paulo em 1987, mas com reverberações em todo o país, a Operação Tarântula foi uma operação de “limpeza das ruas” na crise da aids, que caçou, torturou e/ou encarcerou mais de 300 travestis. Operações menores contra travestis e trabalhadoras do sexo cisgêneras foram frequentes durante todo o período da ditadura militar até os anos 90.

de limpeza das ruas contra travestis ainda ocorriam abertamente. Foi através do contato com funcionários e agentes dessas mesmas políticas públicas (as de saúde e as de “segurança”) que as primeiras ações coletivas da ASTRAL foram possibilitadas. Ao longo de toda a década de 90, foram as múltiplas edições do ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção da Aids), evento financiado pelo Ministério da Saúde, que construíram a projeção nacional do movimento trans-travesti (SILVA, 2021).

Após os anos 90, as lutas trans-travestis passaram a integrar, ainda frente ao Estado, o movimento LGBT (ainda “GLT”, ou “GLBT”). Foi ao longo dos anos 2000, nas três Conferências Nacionais LGBT, convocadas pelo Estado, que os movimentos sociais apresentaram suas demandas de modo direto, institucionalizando no Brasil, através dessa frente e de outras, o uso de nome social no SUS (2006), o processo transexualizador do SUS (2008), da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011), e a possibilidade de retificação de nome e gênero em cartórios sem a necessidade de laudos ou cirurgia (2018). Em grande parte das frentes de luta trans-travesti, foi o poder Judiciário a principal instância de reivindicação política e o principal “aliado” dos movimentos sociais, mas não de modo absoluto, nem desprovido de violências, intensos retrocessos e critérios cisnormativos (GOMES, YORK & COLLING, 2022). Nesse sentido, a principal tarefa do movimento trans-travesti tem sido, desde seu surgimento oficial como movimento organizado, produzir “gambiaras” jurídicas e sociais de cidadania marginal de gênero.

Ainda que tenha sido a ação arbitrária do Estado já no Brasil da redemocratização que produziu algumas das mais violentas investidas anti-trans em nossa história, o formato de nossos movimentos sociais esteve, desde sempre, tão intimamente ligado ao Estado, à dinâmica das políticas públicas e à retórica da democracia constitucional, que não há outra forma de descrever o movimento trans-travesti senão como uma enorme encruzilhada política. Se por um lado foi a ação combativa contra a violência do Estado Democrático de Direito que mobilizava travestis e transexuais em conjunto, por outro, a íntima dependência do Estado na posição de alvos de políticas públicas limitou significativamente a autonomia trans-travesti e as possibilidades para que o pensamento trans-travesti radical se transformasse numa práxis política e filosófica crítica anti-sistêmi-

ca³. A transfobia dos setores radicais da esquerda também foi um dos fatores, com o insistente atraso e recusa dos movimentos anticapitalistas e anarquistas de conceitualizar a opressão de pessoas trans e travestis com a devida seriedade, levando em consideração as lentes e experiências trans-travestis para uma teoria dos movimentos sociais, do Capital e do Estado.

É necessário ir além apenas da retórica de “incluir” ou “abraçar” as lutas de pessoas trans-travestis em movimentos anticapitalistas e anarquistas, ou de repetir, de modo quase automático, a obviedade de “que a culpa da opressão de pessoas trans-travestis é do Capital e do Estado”.⁴ Precisamos interpelar os movimentos anticapitalistas e anarquistas a partir de nossas experiências, de modo que os movimentos se vejam obrigados a produzir estruturas concretas que acolham e possibilitem uma luta anarquista trans e a autonomia de agentes políticas travestis.

E se Malatesta fosse uma travesti? - demandas organizacionais de um anarquismo transfeminista

Desde Proudhon, a teoria anarquista já reconhecia a ligação íntima entre o poder de Estado e o poder patriarcal, e a relação coextensiva entre um e outro (MORAES & JOURDAN, *et al.* 2016). Ainda assim, os anarquistas clássicos oitocentistas não tiveram o aporte teórico-metodológico e o acesso aos dados que permitissem a articulação da teoria anarquista com uma teoria feminista do Estado. Além disso, homens cis anarquistas apenas têm demonstrado pouco ou nenhum interesse em desmontar suas relações de dominação em relação às mulheres, pessoas feminizadas e dissidentes de gênero. Com os esforços feministas foi possível completar a tarefa proposta por Engels⁵ de articular a história política do gênero e da reprodução

3 É importante não moralizar, aqui, a atitude dos movimentos sociais de negociação com o Estado. Essa negociação, em partes, é resultado da falta de outras estruturas que permitissem a construção de políticas de sobrevivência trans-travesti e do monopólio de recursos que nos torna reféns do Estado. Qualquer crítica das movimentações trans-travestis deve levar em conta que nossas mais velhas utilizaram *as estratégias disponíveis para elas*.

4 A militante comunista e intelectual travesti Amanda Palha já produziu valiosas interações que confrontam, de modo similar, o movimento Comunista.

5 Tarefa na qual ele fracassou grosseiramente.

com a história do Colonialismo, do modo de produção Capitalista, do Estado, e da família burguesa. Valiosas conclusões surgiram sobre diferentes aspectos da relação do gênero com o Estado: que o gênero possui uma “economia política” própria que é central para a análise dos modos de produção e regimes de governo (RUBIN, 1975/2018); que a propriedade privada e o Estado dependeram, primeiramente, da reificação das capacidades reprodutivas de mulheres e que o surgimento dos Estados arcaicos dependeu do aniquilamento de comunidades baseadas no apoio-mútuo para instituir sistemas predatórios através da dominação masculina (LERNER, 1987/2020 e EISLER, 1987/1989); que o “Contrato Social” do liberalismo político é um contrato masculino que codifica as relações patriarcais no Estado Democrático de Direito (PATEMAN, 1988/1993); que o projeto Colonial é a origem do sistema moderno de gênero codificado pelo Estado (LUGONES, 2008) e que o trabalho reprodutivo feminino preto é o “útero” simbólico e literal dos Estados-Nação modernos que exercem seu controle pela violência “íntima” e terror reprodutivo de Estado (JAMES, 2013).

Essas contribuições críticas demonstraram através de uma abordagem histórica o que já sabemos: que o gênero é uma forma primária de organizar relações de poder, e que a masculinidade é uma forma de exercício do poder extensamente codificada nos aparelhos do Estado⁶. Precisamente por isso, o impulso anarcafeminista tem situado a revolta contra o Estado e a rejeição de todas as formas de poder como também uma revolta e rejeição contra a masculinidade, seus exercícios de dominação e sua necropolítica. A luta feminista pelo fim da exploração do trabalho reprodutivo, por autonomia corporal, pelo fim da violência do gênero⁷ e pela liberdade e autonomia feminina se situa nesse esforço, naturalmente incompatível com a existência do Estado, sobretudo em sua codificação masculina.

Nas contribuições transfeministas, a prioridade tem sido dada para a natureza polissêmica do sistema de gênero. Mais do que des-

6 A sabedoria dos movimentos anarcafeministas tem sintetizado essa compreensão em bordões como “O Estado opressor é um macho estuprador”, “Nem pátria, nem padre, nem patrão, nem patriarca/nem Estado, nem marido, nem patrão” (entre outras variações), etc.

7 Intencionalmente uso violência DO gênero e não “violência de gênero”, como modo de expressar a realidade de que gênero é violência; um cis-tema de distribuição da violência.

sencializar identidades e promover alianças feministas entre mulheres e outras minorias sexuais e de gênero⁸, tendências transfeministas e *queers* no anarquismo têm conceitualizado o gênero como um campo de agência, e, portanto, um campo de *desobediência civil*. O termo “desobediência de gênero”, utilizado por Jota Mombaça (2016), centraliza essa agência ao conceitualizar a dissidência numa posição já politizada em relação a um sistema de autoridades. Essas contribuições partem, principalmente, do reconhecimento de que a total artificialidade do gênero é há muito conhecida pelo Estado, que, agora, empreende a tarefa econômica e política de regular a produção, circulação e apropriação de tecnologias de gênero (PRECIADO, 2018).

Quando se trata das reivindicações transfeministas no contexto de *akà*, precisamos abordar dimensões de dominação, exploração e violência que apresentam novos desafios para as movimentações anarquistas: (1) a dimensão cis-têmica, extra-jurídica e descentralizada da violência anti-trans, que, assim como a machulência, a branquitude e o heterossexismo, não é organizada apenas pelo Estado, mas também dentro dos próprios movimentos sociais, dado que o macho que bate em nós – seja Ele o presidente, um milico ou policial, um militante comunista ou *punk* mascuzinho – é o mesmo (MOMBAÇA, 2016); (2) O abandono organizado do Estado, que, através do intenso desmonte de políticas públicas voltadas para a população trans e travesti, ameaça novamente a sobrevivência do grupo; (3) A divisão social do trabalho que mantém travestis frequentemente confinadas ao trabalho sexual como única possibilidade e que, na comunidade LGBT, delega para travestis líderes de movimentos sociais posições de “Maternagem Cativa” (JAMES, 2016) – um trabalho de protesto, defesa, cuidado e estabilização de comunidades racializadas atingidas pela violência e o terror reprodutivo do Estado – cujo não-reconhecimento como trabalho dificulta a integração de pessoas trans-travestis na abstração “classe trabalhadora”, base dos movimentos socialistas; (4) A falta de uma estrutura organizacional capaz de acolher e politizar pessoas trans e travestis para a construção de autonomia, construindo as condições concretas para a emergência de consciências políticas que possam expressar na forma do ativismo radical as imaginações transfeministas além da democracia.

8 Projeto largamente empreendido pelos estudos e ativismos *queer*.

Esses desafios chamam por um movimento anarquista capaz de conceitualizar a violência anti-trans como responsabilidade coletiva – uma autocrítica cismasculina que reconheça que o anarquismo deve implicar também em rebeldia contra seu próprio gênero, e uma autocrítica cisfeminina que reconheça a conexão entre a misoginia, a afro/transmisoginia, e outras formas de violência sexual e de gênero como evidência da necessidade de alianças afro-trans-feministas; uma estrutura radical que seja capaz de acolher as necessidades históricas e concretas de sobrevivência transvestigênera, medindo liberdade e autonomia também em termos de possibilidades de livre modificação corporal, assistência para saúde, segurança e redução de danos voltada para as transições de gênero e multiplicação das ferramentas de autodefinição e expressão de diferença; e uma abordagem da vida trans que descentralize e coletivize o cuidado dessas nossas vidas sob constante ameaça, reconhecendo nossas estratégias de sobrevivência como formas de trabalho subordinadas na lógica do Capital. Mais do que isso, o transfeminismo, como nunca, precisa da imaginação radical anarquista contra a violência do Estado.

Não há justiça para o transfeminicídio! Escapando da democracia pelas esquinas

Após a assustadora onda de transfeminicídios no estado de Pernambuco no ano de 2021, a Rede Autônoma de Pessoas Trans e Travestis de Pernambuco (RATTS-PE) redigiu uma carta-proposta ao Poder Executivo do estado⁹. Uma característica chave do compromisso dos ativistas da RATTS é que, apesar de abordarem diretamente os chamados *crimes de ódio*, sua conceitualização do ocorrido e da transfobia não recorreu ao pacto do complexo industrial-prisional e do Estado carcerário. Em vez de conceitualizar os transfeminicidas como meramente “criminosos”, o documento descreve o jovem que ateou fogo ao corpo de Roberta Silva (33), por exemplo, como “[...] um adolescente adoecido e esquecido pelo Estado, que instrumentalizou a transfobia contra o corpo da vítima, de acordo com o ódio estrutural e institucional difundido por grupos conservadores e fundamentalistas da sociedade que estigmatizam e demonizam

⁹ O documento é público e pode ser acessado em: <<https://docs.google.com/document/d/1NbB5mdVKKX3gbb0IHPpSf8AkHTkNLCs7rL51fLUEII/edit>>

as identidades trans”. Essa abordagem do transfeminicídio recusa a privatização da violência anti-trans na forma de uma infração de direitos praticada por um agente individual da violência, e responsabiliza sua dimensão cis-têmica, organizada, codificada nos aparelhos do Estado. Para a RATTs-PE, esse adolescente não foi o único transfeminicida: cada instituição que abandonou tanto ele quanto Roberta, cada policial e agente do Estado, cada político e figura pública que operou e organizou em suas bases o ódio anti-trans, cada expressão de ódio cometeu, em conjunto, o transfeminicídio.

Essa consciência da violência, apesar de estupefacente, é “assustadoramente linda, por ser violentamente transcendente”, nos termos de James. A recusa de reivindicar “justiça” para o fato, normalmente pela via do discurso jurídico criminalizante e punitivista, parte do entendimento de que não é possível esperar de estruturas que organizam ativamente nossa morte um resultado diferente. **Não há justiça para o transfeminicídio** pois o Estado não pode trazer de volta as travestis que matou, seja pelas suas próprias mãos encarnadas na figura das polícias, seja pela sua presença no abandono, seja pela encarnação na figura de um transfeminicida anônimo. Mobilizar a tragédia de forma a imaginar uma outra forma de reivindicação política é um exercício valioso de imaginação radical anarquista que nos permite escapar das amarras do Estado Democrático de Direito pelas esquinas. Não podemos acreditar numa revolução se não estivermos vivas para presenciá-la, portanto, nossa radicalidade é urgente, desesperada, violenta. Desse lugar transcendente, a única demanda possível é essa: devolvam as nossas vidas, e parem de nos matar.

Referências:

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial, 2019.

EISLER, Riane et al. *O cálice e a espada. Nossa história, nosso futuro*. Trad. Terezinha Santos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

GOMES, Mário Soares Caymmi; YORK, Sara Wagner; COLLING, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, p. 1097-1135, 2022.

GREEN, James N. et al. (Ed.). *História do movimento LGBT no Bra-*

sil. Alameda, 2018.

JAMES, Joy. Afrarealism and the black matrix: maroon philosophy at democracy's border. *The Black Scholar*, v. 43, n. 4, p. 124-131, 2013.

JAMES, Joy. The womb of Western theory: Trauma, time theft, and the captive maternal. *Carceral Notebooks*, v. 12, n. 1, p. 253-296, 2016.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. São Paulo: Fundação Bial de São Paulo, p. 1-20, 2016.

PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual (1988)*. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SILVA, Jovanna Cardoso da. *Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil*. Picos, 2021

Teoria Política Anarquista e Libertária / orgs. Wallace dos Santos Moraes e Camilla Jourdan. Via Verita, 2016.

VERAS, Elias Ferreira et al. *Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico*. 2015.